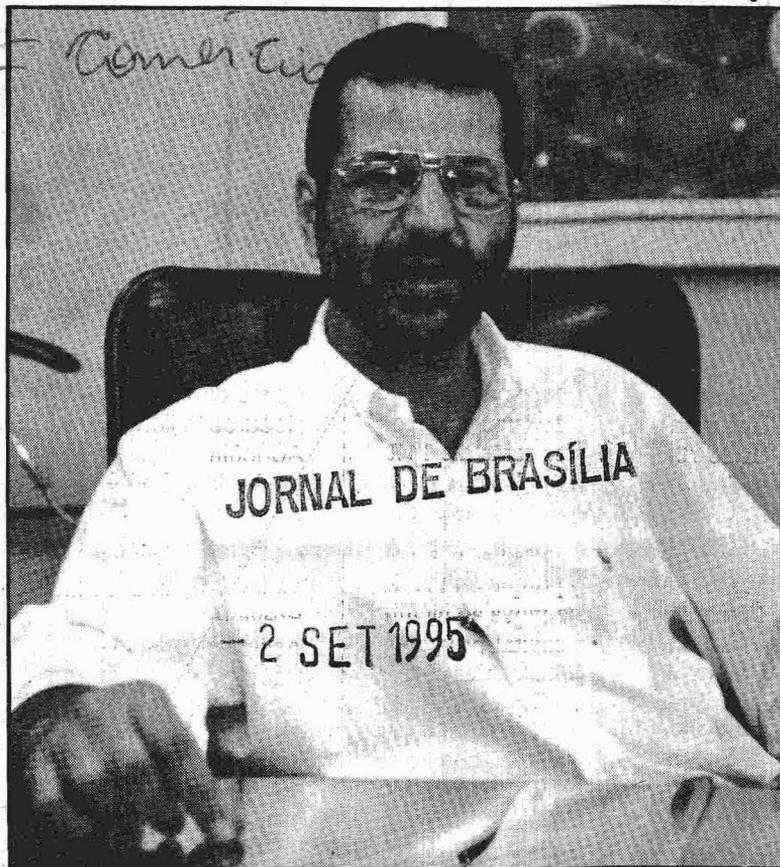


Comerciante do DF cobra nova fórmula

As medidas de "afrouxamento" do crédito anunciadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na última quinta-feira não surtirão o efeito desejado pelo comércio do Distrito Federal. Segundo o presidente da Federação do Comércio do DF, Sérgio Koffes, a equipe econômica deve ser mais criativa ao elaborar condições de sobrevivência para os setores mais atingidos pela restrição ao consumo. Koffes ponderou ontem que, no entanto, a tentativa do Governo de reduzir o "arrocho" ao crédito e permitir a retomada do crescimento é positiva, mesmo que de forma lenta.

As medidas econômicas anunciadas pelo Governo são insuficientes para fazer com que o mercado de veículos em Brasília volte à normalidade. Esta é a opinião de Oscar Perné, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Veículos, Peças e Acessórios do Distrito Federal. Perné lembrou que a venda por leasing responde por 5% a 7% do comércio da veículos novos e que apenas taxistas, locadoras e empresas transportadoras poderão se utilizar do sistema.

A normalidade de mercado, segundo Perné, se dará somente quando este absorver pelo menos a capacidade de produção das montadoras nacionais, o que só acontecerá com a conjunção de outros fatores, como queda na taxa de juros, aumento do prazo de pagamento e preços compatíveis. "As medidas são muito pálidas para alavancagem de vendas. O Governo está sendo excessivamente cauteloso, pois parece temer um reaquecimento da econo-



Koffes acha que equipe econômica tem que ser "mais criativa"

mia em níveis indesejados e, com isso, pressionar os índices de inflação", disse o presidente do Sindicato do Comércio de Veículos.

Perné previu, no entanto, que a abertura do leasing para as locadoras provavelmente provocará nova queda nos preços dos veículos usados, pois estas deverão aproveitar a oportunidade para renovar suas frotas, jogando seus carros usados no mercado. Quanto aos taxistas e transportadoras, Perné entende que estes não terão o mesmo ímpeto de renovação, pois a economia está bastante desaquecida.

A não reabertura dos consórcios, segundo Perné, deve ser consequência do receio do Governo não só em aumentar o consumo como na criação de um mercado

cativo que, em ocasiões anteriores, chegou a ser superior à capacidade de produção das montadoras nacionais.

As outras medidas anunciadas não afetam de forma significativa o mercado de veículos, uma vez que o reflexo sobre as taxas de juros deverá ser lento e gradual. Em relação à autorização para renegociação de pagamentos de dívidas de pessoas físicas com os bancos, vendidas até 31 de julho, não atinge a quase-totalidade dos compradores de veículos. Isto porque, segundo Perné, a taxa de inadimplência do setor é muito baixa devido às cautelas nas vendas, quase sempre com alienação fiduciária com o automóvel dado em garantia, além da exigência de avalistas para créditos não tão seguros.